

# Polêmica nos direitos de Niemeyer

RIO — Os anexos em construção do Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF) e Câmara dos Deputados, em Brasília, seguem as orientações de Oscar Niemeyer. O arquiteto assina os projetos de ampliação e reforma dos prédios de Brasília, elaborados por ele na década de 50. Para alguns profissionais, trata-se de mera questão de ética na arquitetura. Para outros, tornou-se uma espécie de reserva de mercado que estaria prejudicando a categoria.

O presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, Kelson Senra, acredita que nenhum projeto deva ser alterado sem a consulta ao profissional que o executou, postura embasada pelo Código de Ética da categoria. Para o vice-presidente do Sindicato dos Ar-

quitetos, Celso Evaristo da Silva, "isso é uma forma de burlar a lei das licitações". "Estamos cobrando mais barato que a tabela", afirma Niemeyer, que divulgou na segunda-feira os contratos assinados com o governo.

A lei que regulamenta o direito autoral no País é vaga e não trata especificamente de obras arquitetônicas. "Defendo o direito autoral do profissional", afirma o presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, Kelson Senra. "O autor do projeto original não é dono eterno da obra", contrapõe o vice-presidente do sindicato dos arquitetos, Celso Evaristo.

O plano piloto de Brasília é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. A instituição deve ser consultada sempre que houver modificação do projeto original.